

PODE UMA LITERATURA SER PERIGOSA: O CASO SADE EM DOIS TEMPOS,
1801 E 1956. UMA APRESENTAÇÃO

Autora: Sara Vicelli de Carvalho

Co-autor: Prof. Dr. Gabriel Giannattasio

(História – Universidade Estadual de Londrina)

Palavras-chave: transgressão, história da leitura, moral e sexualidade.

O Marquês de Sade teve uma existência polêmica, tanto do ponto de vista biográfico quanto na condição de autor. Leituras – e/ou releituras – das obras de Sade marcaram o pensamento do século XIX e XX. A importância de Sade é a de que ele não travou conhecimento apenas com o erótico, mas também com o “mal” (que na obra sadeana, seria inerente a todos os homens). Nas obras do Marquês a filosofia e o corpo se entrelaçam tornando-se assim perigo maior.

Sade, na qualidade de autor, foi submetido à pelo menos dois processos: o primeiro em 1801 e o segundo em 1956. A obra sadeana deveria responder aos ataques da moral nos respectivos períodos históricos. Era a obra de Sade que se encontrava no tribunal, pois, muitos a julgavam perigosa ou maléfica.

Pensando em Sade como precursor de “um sistema niilista”, como crítico ferrenho das convenções sociais, das ordens estabelecidas e, principalmente, das condutas morais, sendo estas cerceadoras da liberdade humana e, tendo ele sua própria ética, a obra surge como um perigo aos valores que estruturaram o Antigo e o Novo Regime.

“O problema da liberdade é, sem dúvida, uma das chaves da reflexão sadeana. Efetivamente o pensamento do marquês se funda num anti-autoritarismo. Ele se recusa a reconhecer legitimidade – e aí não importa qual seja a instituição: justiça, moral, religião ou ciência – seja de comando, de respeito ou de autoridade, que obrigue o homem a uma declaração de obediência. [...]” (GIANNATTASIO, 2007: 1)

Muitas são as especulações e tentativas de rotular as obras de Sade: subversivas, transgressoras, violentas, corruptas, profanas, imorais, criminosas, ou obras

edificantes, contestadoras, virtuosas, morais, “divinas”, amorais, sinceras e, para alguns, nada mais dizem do que verdades.

Vista muitas vezes como pessimista e portadora de “excessos desumanos”, a “proposta” de Sade pode ser associada à perda da “ingenuidade” por meio da carne, o que, nesta perspectiva seria alcançar verdades, a liberdade por meio da exploração do corpo, conjuntamente com a “crueldade” – atitudes inatas ao homem. Para Sade:

“[...] a natureza nos oferece um único ensinamento que assim se anuncia: se o homem é livre, ele deve saber que sua liberdade é uma sombra que não poderá ser capturada jamais. Pois, o exercício da liberdade impõe-nos a exigência do infinito, ela não se contenta com a superação de um ou de alguns obstáculos, ela quer expandir-se até a abolição de todas as fronteiras. [...]” (GIANNATTASIO, 2007: 1)

Assim como o corpo que, de acordo com Sade “[...] foi negado, enclausurado, castigado, corrigido, demonizado e idealizado [...]”² (SADE, apud GIANNATTASIO) Sade também o foi. Ele próprio fala sobre sua condição de “criminoso”, afirmando: “*Não é minha maneira de pensar, mas a dos outros, que tem sido a causa de minha infelicidade [...]*”. (SADE apud SHATTUCK, 1998: 230)

Perseguido e preso inúmeras vezes por vários escândalos pessoais e também por seus escritos, no ano de 1801 foi pela última vez enclausurado por ser imputado autor dos “romances negros”, especificamente por *Justine e Juliette*³.

Justine já era um “nome conhecido”, como protagonista dos romances, havendo publicações desde 1788, com os títulos: “*Les infortunes de la vertu*”, em 1791, “*Justine ou Les malheurs de la vertu*” e, em 1801, “*La nouvelle Justine*”. Ainda em 1801, houve a apreensão das obras “*La Nouvelle Justine*” e “*Juliette*”, nas dependências da Editora Massé, que publicava as obras. Sade estava presente naquela ocasião e foi preso, tendo permanecido encarcerado até a sua morte.

Sob a condição de enclausurado, Sade encontra mais um convite à escrita, que funcionou nesta situação como válvula de escape e uma “fonte de liberdade”. Por algum tempo, como uma forma de terapia, permitiram-lhe montar peças de teatro para os internos do asilo. Porém, tal experiência não foi duradoura.

Mesmo Sade não tendo praticado tudo que escrevia, as palavras escritas são mais “concretas” “[...] uma criança já sabe que os rabiscos nas paredes são mais obscenos que os órgãos ou gestos que evocam [...]” (BEAUVOIR, 1961: 35), pois os escritos são documentos, provas materiais de suas obscenidades.

Antes, escândalos sexuais levaram à condenação do Marquês, porém, na condição de escritor, seus excessos não puderam (e não podem) ser facilmente esquecidos. Cabe indagar para quem esta literatura representa perigo “real”? Determinada literatura poderia instigar mentes e contribuir para atitudes “atrozes”?

No século XX houve um crescente número de obras ilegais do Antigo Regime sendo republicadas. Não sem enfrentarem barreiras, sendo relegadas ao âmbito das periferias literárias. Parece que o “Index Librorum Prohibitorum” continuava bastante vivo. As “literaturas do mal” tinham seu lugar no “Inferno” – *Enfer*⁴ – criado na França do século XIX destinado a guardar as literaturas perigosas, os romances negros.

Tal prática continuou no século XX, uma vez que, mesmo que de maneira não tão declarada, o acesso às obras ainda era restrito. Jean-Jacques Pauvert, por ter dado início à edição das obras completas do Marquês – em 24 volumes – no ano de 1947, respondeu a um processo na justiça francesa no ano de 1956, no qual foi acusado de publicar livros imorais, enquadrados na qualidade de perigosos pela Comissão Nacional do Livro em Parecer emitido em 1955. Segundo o Parecer, as obras de Sade representavam uma ameaça, um perigo iminente à sociedade, aos “bons costumes”.

No processo Sade (1956), o promotor, no ato de acusação, levanta a questão de quem poderia ler Sade. Para ele seriam poucos, restringindo-os a “espíritos prevenidos e sábios”, que saberiam utilizar as obras para fins intelectuais. Sendo assim, pessoas despreparadas estariam sujeitas à influência malévola de tais romances. O próprio Parecer já representa uma condenação da obra – na medida em que, para Sade, o pensamento deve estar articulado à experiência do corpo – e do leitor.

É importante ressaltar que o próprio Sade, afirmou que seus escritos não são para todos, sendo eles destinados a poucas “almas qualificadas” capazes de entender a beleza libertina⁵. Em *A filosofia na alcova* dirige sua obra aos libertinos: “*Voluptuosos de todas as idades e de todos os sexos, a vós somente ofereço esta obra; nutri-vos de seus princípios, eles favorecem vossas paixões; e essas paixões, com que estúpidos e frios moralistas tentam vos horrorizar [...]*” (SADE, 1999: 11)

A reflexão sobre se a literatura pode ou não oferecer perigo, é uma das várias inquirições à obra sadeana, uma vez que a influência das palavras, ou seja, a união e utilização delas é o que denota sentido ao discurso e, se mesmo que a linguagem não possa alcançar o corpo, instiga o imaginário.

A linguagem é o instrumento que possibilita relacionar-se com o mundo. O escritor expõe forma e conteúdo ao escrever, e como bem observa WHITE, “[...] a linguagem nunca é um conjunto de ‘formas’ vazias [...] mas está ela própria no mundo como ‘coisa’ entre outras e já carregada de conteúdos figurativos, tropológicos e genéricos antes de ser atualizada numa enunciação qualquer [...]” (WHITE, 1991: 4)

O que leva ao diagnóstico de obras perigosas ou maléficas é o lugar de onde se fala, uma vez que é este que estabelece o julgamento, o veredicto, a sentença e que determina a “justiça”⁶. Considerando que as posturas discursivas são determinadas pelas relações com quem as produz, com quem as consome e com as “relações de poder investidos”⁷, são os discursos que produzem o real e o irreal, o verdadeiro e o falso, o acontecido e o inventado, ou seja, é através da análise das vozes – nos referidos casos⁸ – que se pode apreender os sentidos contidos no discurso.

Pode-se notar que os expurgos a que esta literatura foi submetida sempre se apoiaram em juízo de valores – limites – principalmente morais. Apontar a importância da literatura sadecana significa, portanto, posicionar-se ao lado daqueles que defendem a soltura dos grilhões que bloqueiam um campo do conhecimento, aquele que se dedica à exploração do corpo como veículo de produção de conhecimento.

Para pensar o erótico como fonte de conhecimento, deve-se ter em mente que “[...] o erotismo é sexualidade socializada, submetida às necessidades do grupo, força vital expropriada pela sociedade [...] O erotismo é uma função social [ao mesmo tempo em que é anti-social] [...] o erotismo é histórico, muda de uma sociedade para outra, de um homem para outro, de um instante para outro [...]” (PAZ, 1999: 24-27). As leituras feitas, ou melhor, apropriadas, das obras referentes ao assunto, são recebidas segundo a maneira dos receptores, uma vez que eles interpretam e adaptam tudo que recebem, segundo as situações e o contexto no qual estão inseridos.

“O erotismo se desdobra na sociedade, na história; é inseparável delas, como todos os demais atos e obras dos homens. Dentro da história (contra ela, com ela, nela), o erotismo é uma manifestação autônoma e irreduzível. Nasce, vive, morre e renasce na história; com ele se funde, mas não se confunde. Em perpétua osmose com sexualidade animal e o mundo histórico, mas também em perpétua contradição diante dos dois. O erotismo tem sua história ou, mais exatamente, também, é história [...]” (PAZ, 1999: 28)

Para Robert Darnton “[...] Ao se cristalizar em padrões culturais, o conhecimento carnal fornece material inesgotável para o pensamento [...]”.

(DARNTON, 1996:21). E como afirma Keith Jenkins “[...] *Somos a-morais, céticos, irônicos, temporais; nossa cultura é tudo isso. Somos parceiros na incerteza; surpreendemos a verdade, saímos em seu encalço e descobrimos que se tratava de um signo lingüístico [...]*” (JENKINS, 2001: 57). A questão do real, isto é, de um possível perigo real contido nas obras de Sade, é uma das abordagens que se faz necessário explorar. Não há verdade. O que há são apropriações dos discursos. São interpretações. Nada garante que os leitores realmente efetuaram a leitura do jeito que o autor pretendeu, pois o que os leitores fazem dos escritos, são sempre interpretações ou apropriações.

Muitas leituras feitas das obras sadeanas são interpretações feitas através da fala dos personagens, não se podendo assim afirmar que nelas estão o próprio Sade, gerando várias controvérsias a respeito de quem seria Sade, na obra.

Não existe uma fonte que ateste que os personagens falem por Sade, muitos leitores constroem uma relação direta entre autor e obra, condenando o autor por meio da fala de seus personagens e vice-versa. Tal estratégia discursiva dos representantes da sociedade, nos referidos casos, objetivava desqualificá-la. E, no que se refere, sobretudo, ao caso de 1801, autor e obra tornaram-se um e juntos foram condenados, como se o que foi difundido pela literatura sadeana pudesse ser também enclausurado.

Pensando a respeito de tais questionamentos, seria realmente a literatura sadeana perigosa? Quais as leituras feitas de suas obras, particularmente nos diferentes casos de 1801 e 1956? A dificuldade de acesso às obras de Sade e sua reputação, contribuíram para uma aura sedutora de perigo, despertando interesse na sua força de transgressão? Quais os argumentos utilizados para atribuir periculosidade às obras sadeanas? Seria, como escreveu Simone Beauvoir, que “[...] *Os tempos não estavam maduros para um 'poeta maldito' [?]*” (BEAUVOIR: 1961: 36).

Às suposições destes possíveis perigos, não existe resposta determinante e absoluta, o que existem são interpretações feitas através das leituras das obras de Sade. Responder se *pode uma literatura ser perigosa*, está a critério do leitor, dos preceitos morais no qual ele está inserido. Buscar uma resposta objetiva, verdadeira, para tal indagação está fora do alcance – isto fica a cargo dos discursos maniqueístas – uma vez que, não existe uma fonte pura de conhecimento, pois a história está sujeita a infinitos discursos e a “adaptações criativas” dos receptores. “*A verdade é uma figura de*

retórica” (JENKINS, 2001) onde a palavra e o mundo estão separados e história é interpretação.

Os casos Sade tratam de questões morais e/ou amorais (da necessidade, da natureza, da liberdade). O que nos propomos é analisar o julgamento mais do que o veredicto, abordando as possíveis visões que se tem da obra sadeana, sua significância no imaginário do leitor e o que representariam as repercussões deste ideário nos respectivos períodos históricos.

NOTAS:

¹ No sentido de crueza para exercitar o que for da vontade, da inclinação de quem estiver “praticando”.

² Não há a confirmação de que esta carta tenha sido escrita pelas mãos de Sade.

³ As referidas obras foram encontradas em edição ilustrada em dez volumes *La nouvelle Justine e Juliette*.

⁴ O Enfer era um, dentre outros nomes, dado aos locais nas bibliotecas destinados a guardar as literaturas licenciosas, para que os leitores não fossem corrompidos pelo contato com maus livros. Esses códigos faziam parte de um movimento de silenciamento, no século XIX. Lacravam-se as obras em um único local, onde leitores “normais” não pudessem alcançá-los, uma vez que tinham de preservar o maior acervo possível da palavra impressa, no entanto, isso não queria dizer que fossem torná-las acessíveis.

⁵ Sade também destina suas obras a alguns espíritos prevenidos e sábios, mas não são aqueles do Parecer.

⁶ Aquela que – supostamente, com total precisão, exatidão e igualdade a todos – estabelece as regras sociais e morais para determinar certo e errado, bem e mal, lícito e ilícito.

⁷ Não intenciono inquirir um julgamento teórico sobre justiça, intenciono elucidar que, não existindo uma fonte pura de conhecimento, que os “princípios do certo” são estipulados pelo poder, e partindo do “lugar” – quem, quando e onde – para situar, estou traçando um “ponto de partida” para o instrumento de construção de meu objeto.

⁸ Encontra-se neste, “o quem, o quando, e o onde” expressamente ligados, entretanto, aludo que não necessariamente têm de estarem juntos. Sendo utilizados aqui para melhor evidenciar a transformação deste objeto, uma vez que o processo de 1801 não é o mesmo que o de 1956, apesar do espaço ser o mesmo, a França não o é.

BIBLIOGRAFIA:

ALEXANDRIAN. Sade ou o Terror Sexual. In. *História da Literatura Erótica*. Rio de Janeiro. Rocco. 1994. 4ª ed.

BATAILLE, Georges. *A Literatura e o mal*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

BAUMER, Franklin L. *O Pensamento Europeu Moderno – séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977. v. 1. (Coleção Perfil – História das idéias e do pensamento)

BEAUVOIR, Simone de. Deve-se queimar Sade?. In. *Novelas do Marquês de Sade e um estudo de Simone Beauvoir*. São Paulo: DIFEL, 1961, pp. 05 – 63.

BEUCHOT, Pierre. & PAUVERT, Jean-Jacques. *Sade em procès*. Turin: Éditions Mille et une nuits, 1999.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais In. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, pp.13 -28.

DARNTON, Robert. A reação do leitor. In. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.233-262.

DARNTON, Robert. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette - Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARNTON, Robert. Sexo dá o que pensar. In. NOVAES. Adauto. (org.). *Libertinos/ Libertários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 21- 42.

GIANNATTASIO, Gabriel. Carta a Senhorita F. In. *SADE, um corpo em curto-circuito*. Londrina: Coyote Revista de Literatura e Arte, número 7, 2003.

GIANNATTASIO, Gabriel. Sade e a aurora iluminista. In: *Cadernos da Escola de Comunicação*. Curitiba: UniBrasil, volume 2, número 2, 2004.

GIANNATTASIO, Gabriel. Sade, filósofo trágico. In: *Cartas de Vincennes. Mimiografado*. 2007.

GIANNATTASIO, Gabriel. *Sade: um anjo negro da modernidade*. São Paulo: Imaginário, 2000.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

MORAES, Eliane Robert. *Lições de Sade: ensaios sobre a imaginação libertina*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PAUVERT, Jean-Jacques (org.). *L’Affaire Sade*. Paris: Pauvert, 1957.

PAZ, Octavio. *Um mais além erótico: Sade*. São Paulo: Editora Mandarim, 1999.

SADE, Marquês de. *A Filosofia na Alcova*. São Paulo: Editora Iluminuras, 1999.

SHATTUCCK, Roger. O Divino Marquês. In: *Conhecimento proibido: de Prometeu à pornografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 225 – 292.

WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. In: *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol 7, n. 13, pp. 21-48. 1991 Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/132.pdf>.

Londrina, 18 de setembro de 2008